

2000

ISA-SAATS

Augusto Manuel Correia

[CONCACIONANTES AFRICANAS FACE AO INCREMENTO DAS NECESSIDADES ALIMENTARES PARA O PRÓXIMO MILÉNIO: ESTRATÉGIAS]

Conferência apresentada ao XVII Congresso Brasileiro de Ciência e Tecnologia dos Alimentos – Alimentos para o 3º milénio em Fortaleza (Agosto de 2000) e publicado na Revista de Ciências Agrárias, vol. XXIII, nºs 3 e 4, pg. 96 – 119, Lisboa.

Condicionantes Africanas face ao incremento das necessidades alimentares no próximo milénio: Estratégias

Augusto Manuel Nogueira Gomes Correia[⊕]

“Os meus heróis são os homens e mulheres humildes que se encontram em todas as comunidades e que lutam contra a pobreza, a doença, a iletracia, a falta de escolas, a fome e a violência. Se algum chefe de estado fizer isso, então ele ‘é o meu herói.’”

Nelson Mandela Julho de 2000
(Discurso de encerramento da
XII conferência sobre o AIDS em
Durban na África do Sul)

1- INTRODUÇÃO

Como é hábito nos “Homens Grandes”, Nelson Mandela em breves palavras resumiu de uma maneira perfeita o essencial do que vos pretendo aqui hoje transmitir sobre o continente africano.

Na realidade, a escolha do tema que me prontifiquei a abordar quando tive o prazer de ser convidado para participar neste prestigiado Congresso, está relacionada, no essencial, com o agravamento contínuo da qualidade de vida no continente africano com particular realce para aqueles que vivem da e para a agricultura e que, independentemente da crescente urbanização que ali se regista actualmente serão, por muitos anos, uma percentagem bem significativa da população.

Porquê a escolha de **África** para um Congresso sobre a Indústria Alimentar realizada em Fortaleza?

Várias razões vos poderia aqui enumerar mas penso podê-las resumir em três parâmetros aglutinadores:

- a) Factores de ordem emocional – como o facto de ter nascido em Angola, de ter ali estudado praticamente até à minha graduação em Agronomia, de em África conhecer muita gente aos mais variados níveis e fundamentalmente, o facto de ali manter muitas amizades.
- b) Factores de ordem prática – é a região onde tenho exercido grande parte da minha actividade profissional quer como investigador quer como professor e ser por isso mais fácil trazer-vos algo da minha experiência.
- c) Factores objectivos – convencido que não trarei para a maior parte da audiência grandes novidades, não poderia deixar passar esta oportunidade única de, perante tão ilustre plateia, vos colocar perante um dos piores cenários sociais a nível mundial para o qual, o Brasil, e particularmente a agro-indústria brasileira poderá,

[⊕] Professor Associado do Instituto Superior de Agronomia e Presidente do Departamento de Agro-Indústria e Agronomia Tropical. Lisboa

através do seu conhecimento, dar um forte contributo para ajudar os africanos a encontrar diversas opções que possam contribuir para a resolução de alguns dos seus problemas.

Antes de vos tentar traçar o cenário dos desafios que teremos de enfrentar nos próximos vinte anos, gostaria de trazer ao vosso conhecimento as palavras que o Secretário Executivo, da comissão económica das Nações Unidas para África utilizou num artigo de opinião sobre aquele continente aquando da reunião do G8 em Okinawa no mês passado. Sob o título “Uma ajuda, não uma esmola” defendia Amoako que “embora o futuro de África deva passar essencialmente pelos africanos, os países mais desenvolvidos não se devem libertar das suas obrigações para o continente”. No mesmo artigo, aquele especialista defendia que a análise feita pelo “Economist” em Maio de 2000 sobre África e que o definia como “Continente sem a menor esperança” era exagerado e não contribuía em nada para a resolução dos graves problemas existentes defendendo que era possível adivinhar no horizonte algumas melhorias para o continente. Embora reais, os argumentos utilizados por Amoako podem ser facilmente refutados e sem pretender estar de acordo com qualquer dos dois, muito desejava que a visão catastrofista do “Economist” fosse redondamente errada e que o futuro seja risonho para África e para toda a humanidade.

Já em 1995, Günter Dresrüsse referia “no ano 2020 haverá um adicional de 2,8 mil milhões de pessoas no mundo e uma vez que a expansão de área a ocupar é limitada, o necessário aumento de produção deverá provir de um aumento de produtividade e dos avanços tecnológicos”. Aquele autor interrogava-se se a investigação seria capaz de obter as respostas necessárias para o aumento da produtividade preservando os recursos naturais ou, se haveria capacidade para mais uma revolução verde. Para Günter Dresrüsse, havia evidências claras que o aumento de produção necessária não seria atingida por muitos países e que a Assistência Oficial ao Desenvolvimento, assim como os fundos para tal assistência à agricultura teriam atingido o seu máximo potencial. Para os diferentes analistas, esta tendência só poderá ser invertida através de fundos públicos ou privados nacionais o que, não parece que venha a ser o caso principalmente em África onde, segundo aquele autor, os investimentos na agricultura têm sido preferencialmente feitos pela ajuda internacional. As razões para o declínio da ajuda serão abordados posteriormente.

Debrucemo-nos então sobre alguns parâmetros caracterizadores do continente africano e nomeadamente sobre a sua agricultura e de toda a sua envolvente.

2- A AGRICULTURA EM ÁFRICA

A maior parte dos países africanos foram, num passado relativamente recente, colónias das potências europeias e a sua agricultura, principalmente na primeira metade do corrente século, estava direccionada para a produção de matérias-primas para fornecer os mercados e as indústrias dessas mesmas potências e era francamente dominada pelas culturas de exportação e assentava normalmente na monocultura e em sistemas agrícolas de pouca a média intensidade de capital e de grande intensidade de mão de obra muito barata. O cafeeiro, a cana do açúcar, o cacau, o amendoim, o coqueiro, a palmeira do dendém, o caju, o algodão o chá entre outras, foram aquelas que chegaram a atingir muita importância no mercado internacional. Nas décadas de 60 e 70, as frutas tropicais (banana e ananás), através do seu exotismo começaram a conquistar o mercado

e África, chegou mesmo a ter algum protagonismo no mercado das frutas exóticas mas que, praticamente tudo perdeu na última década em favor da Ásia e da América Latina. Por vezes, algumas culturas comerciais, eram completamente asseguradas pelo sector familiar que depois da colheita vendiam a empresas locais (o caso da produção de caju em Moçambique é disso um bom exemplo).

As culturas alimentares como o milho, a mandioca, os milhos miúdos, os feijões e outras mais específicas assim como os sistemas agrários das diferentes regiões, só começaram a merecer o interesse da investigação de uma forma mais sistemática depois da independência dos diferentes países uma vez que a segurança alimentar começou a ser, para a grande maioria deles uma grande preocupação. Mesmo assim, os estudos disponíveis para esta nova temática são, ainda hoje, escassos pese embora, grande parte da população rural africana deva a sua subsistência à produção destas culturas e aos sistemas de agricultura familiar.

À pouca importância que foi dada às culturas alimentares no tempo colonial em África é normalmente atribuído o facto do pouco interesse que elas teriam para as potências colonizadoras já que, no essencial, deveria ser a metrópole a enviar os alimentos frescos ou já processados como forma de incentivar a sua economia. Alguns autores defendem também o aspecto de a densidade demográfica no continente ser baixa a muito baixa e o número de colonos relativamente pequeno pelo que, a procura de alimentos numa sociedade eminentemente rural seria naturalmente muito baixa.

Com o assumir da independência, o dilema de continuar a produzir culturas comerciais ou alimentares colocou-se de imediato e, para a maioria dos países africanos, a falta de clareza na estratégia a seguir vem até aos nossos dias. As grandes empresas foram naturalmente nacionalizadas e com o tempo, em virtude da sua escassa ou nula eficiência, novamente privatizadas ou divididas e entregues a uma emergente onda de novos pequenos e médios empresários agrícolas. Mesmo nesta altura, a agricultura familiar feita por agricultores, normalmente fora dos circuitos comerciais e das redes viárias principais e fundamentalmente longe dos locais de pressão política, pouco interesse mereceu.

Porém, a desestruturação operada na maioria dos mercados rurais locais, regionais e a perda de competitividade das matérias-primas africanas, o crescimento contínuo do número de pessoas com fome e o aumento da pobreza vieram fazer emergir a importância da agricultura tradicional como o garante da subsistência de muitos milhões de pessoas e a da que poderá vir a ter para o continente o entendimento correcto de toda a sua envolvente. É agora evidente para todos a necessidade de se conseguir transferir para a região a tecnologia agrícola e os investimentos necessários para que se aumente a produtividade sem pôr em causa o equilíbrio dos recursos naturais e se contribua de forma decisiva para o alívio da pobreza e para a eliminação da fome.

Infelizmente, o que se tem verificado nos últimos anos, é o abandono dos agricultores à sua conta própria o que se manifesta num “encurtar do pousio” onde a agricultura era feita e, o que nunca tinha acontecido no continente, a ocupação de terrenos perfeitamente marginais para a agricultura o que só contribui para o aumento da pressão sobre os recursos naturais.

3 – ALGUNS PARÂMETROS ENQUADRADORES

3.1 - A População

Com base no Quadro 1 que perspectiva a evolução da população mundial entre 1995 e 2020, podemos verificar que o aumento demográfico que se verificará para o continente africano será cerca de 70% o que quer dizer, ainda segundo o mesmo quadro, que o aumento relativo de África será praticamente duplo do segundo maior e que acontecerá na América Latina e Caraíbas onde o valor será de 38,5%. Como seria de prever o maior crescimento absoluto registar-se-á na Ásia com um aparecimento de mais de 1.100 milhões de almas. Saliente-se que no mundo desenvolvido, o aumento da população para aqueles 25 anos será de apenas 45 milhões de pessoas o que corresponderá a um crescimento relativo de apenas 2,5%.

Quadro 1 - População Mundial, 1995 e 2020

Região	Nível Populacional		Aumento da população		Percentagem do aumento
	1995	2020	1995	2020	
	(milhões)		(milhões)	(%)	(%)
América latina e caraíbas	480	665	185	38.5	10.1
África	697	1,187	490	70.3	26.7
Ásia, excluindo Japão	3,311	4,421	1,11	33.5	60.5
China	1,221	1,454	233	19.1	12.7
Índia	934	1,272	338	36.2	18.4
Países desenvolvidos	1,172	1,217	45	3.8	2.5
Países em desenvolvimento	4,495	6,285	1,79	39.8	97.5
Mundo	5,666	7,502	1,836	32.4	100.0

Fonte : Nações Unidas, *World Population Prospects : The 1998 Revision* (Nova York: UN, 1999).

* Projecções da variação média da população

Como se verifica, em 2020, cerca de 84% das pessoas viverá em países em vias de desenvolvimento o que significa que 97% do aumento da população entre 1995 e 2020 se registará naqueles países ou seja, o aumento da procura de alimentos irá acontecer nos locais onde hoje já mais escasseiam e é de prever que, a não serem tomadas medidas radicais, se registará uma maior pressão sobre os recursos naturais.

Para Pinstup-Andersen, Per *et al.* (1999) outra característica da população africana em 2020 será a sua distribuição. O estado cada vez mais debilitado das zonas rurais fará que muita gente nascida nos campos procure a cidade como forma de conseguir alcançar melhorias para o seu nível de vida. Segundo aquele autor os 38% de população urbana registados em 1995 deverão subir para 52% em 2020. Este crescimento da urbanização dificilmente poderá ser olhado como factor positivo pois, a manterem-se as coisas inalteradas, é pouco previsível a que este crescente de população urbana corresponda a uma melhoria do nível de vida das populações uma vez que a urbanização que se tem verificado à volta das grandes cidades africanas assume cada vez mais um aspecto de

campo de refugiados. Além disso, a urbanização terá também influência nas dietas alimentares uma vez que a população urbana come mais carne e alimentos processados o que faz com que a indústria alimentar deva ser encarada como uma boa estratégia para o desenvolvimento uma vez que serão necessárias actividades intermediárias entre a produção no campo e as mesas das cidades as quais serão tão mais importantes quanto piores forem as estruturas viárias e rodoviárias do país. No caso africano, como lembrava Anne-Lucie Raoult-Wack em 1998, as importações de produtos processados para as cidades, têm substituído a não existente indústria agro-alimentar local.

3.2 A Pobreza

Para se ter acesso aos alimentos é cada vez mais necessário dispor de dinheiro para a sua aquisição. Para tal, valerá então retermos o Quadro 2 que nos dá uma ideia do crescimento económico *per capita* que acontecerá em África nos próximos 20 anos. Quando comparamos em valor relativo, podemos não nos aperceber que o rendimento médio *per capita* da população africana em 2020 será em média de 359 dólares contra os 280 dólares de 1995. Para além do contraste com os países mais ricos (28,256 dólares per capita), os 359 dólares anuais não darão 1 dólar por dia o que deve ser considerado um atentado contra a humanidade e arrastará muitas pessoas para a fome.

Quadro n.º 2 - Níveis de rendimento e respectivo crescimento, 1995 - 2020

Região	Taxa de crescimento, do Rendimento anual	Nível de rendimento per capita	
		1995	2020
	1995 - 2020		
	(%)	(1995 US\$ por pessoa)	
África Sub-sahariana*	3.4	280	359
América Latina e Caraíbas	3.59	3,59	6,266
Asia Ocidental e Norte de África	3.83	1,691	27,83
Sudeste Asiático	4.44	1,225	2,675
Sul Asiático	5.01	350	830
Asia Oriental	5.12	984	2,873
Países desenvolvidos	2.18	17,39	28,256
Países em desenvolvimento	4.32	1,08	2,217
Mundo	2.64	4,807	6,969

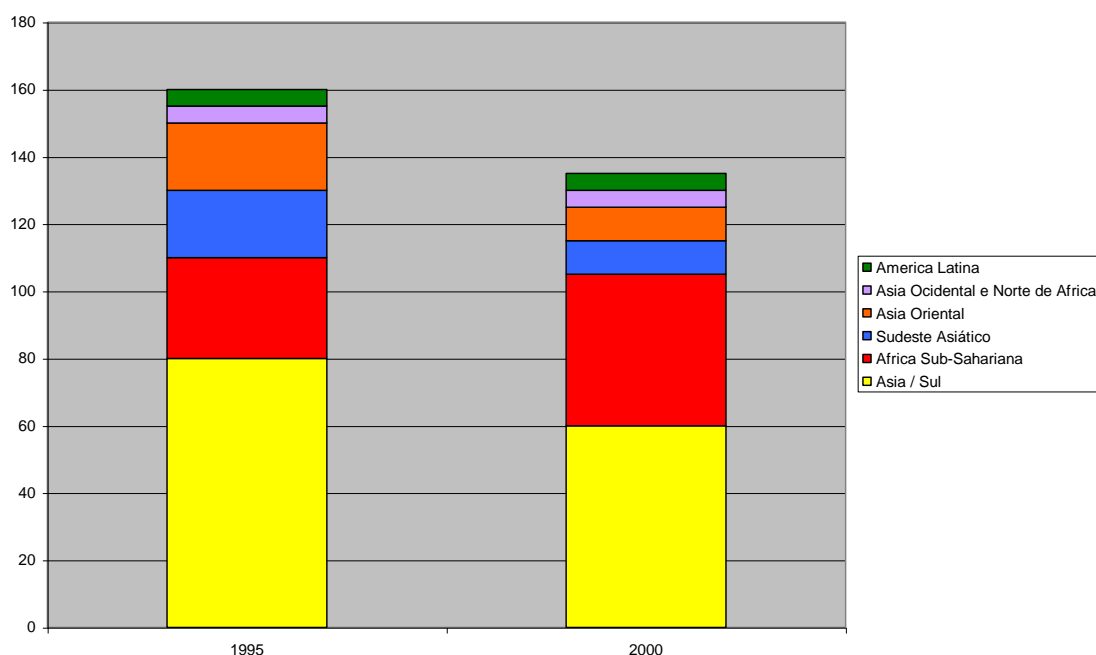
Fonte: IFPRI IMPACT simulações, Julho 1999

* Excluindo África do Sul

3.3 – A Fome

Ao crescente aumento da população e conseguindo contrariar Malthus, conseguiu a humanidade responder com um aumento sem precedentes de alimentos nas últimas décadas por forma a fazer face às maiores necessidades da população. Desde 1960 duplicou-se a produção de grãos e triplicou-se a produção pecuária por forma a disponibilizar cerca de 27000 cal/dia/pessoa. Infelizmente, como muito se tem dito, a

Gráfico 1 – Número de Crianças Mal Nutridas (1995 - 2020)



Fonte: IFPRI IMPACT, simulação, Julho de 1999

fome, hoje em dia, será mais um problema de não acesso aos alimentos do que uma produção insuficiente. Na actualidade, 820 milhões de pessoas não têm acesso aos alimentos necessários e cerca de 160 milhões de crianças estão mal nutridas. Tal situação, a do acesso aos alimentos, deverá fazer ponderar tudo o que tem a ver com planos de desenvolvimento.

Com base no que fica dito não é de espantar que embora se espere que o n.º de crianças mal alimentadas diminua de 160 milhões em 1995 para 135 milhões em 2020, África será o único continente em que o número de crianças mal nutridas registará uma evolução positiva de 30 para 40 milhões sendo de admitir que a situação venha a ser idêntica para o restante da população.

Independentemente das políticas de desenvolvimento prosseguidas, o continente africano é, sem qualquer dúvida, uma zona onde se vive pior do que o que acontecia há quarenta anos. Segundo um trabalho da FAO publicado em 1996, a área de terra arável por africano a sul do Sahara passou de 0,5 ha em 1960 para menos de 0,3 ha em 1994 enquanto que a produção de alimentos per capita decresceu para aquele mesmo período de 150 Kg para menos de 50 Kg. Pelas contas daquele estudo, a compensação do que fica em falta só poderá ser feita triplicando as importações o que, atendendo à disponibilidade de dinheiro para as assegurar, colocará África ainda mais na mão dos doadores.

Perante esta situação, o artigo do “Economist” de Maio último parece, tudo indica, muito mais adaptado à realidade do que a visão optimista de Amoako aquando da última cimeira dos G8.

4 – O AFROPESSIMISMO

Porque será que este dramatismo só se coloca hoje para o continente Africano? Porque será que este continente teima em não dar mostras de melhorias como vão acontecendo na Índia, na China, no Extremo Oriente ou na América Latina?

Sendo uma questão actual, muitos autores se têm dedicado a ela e embora muitos convirjam no diagnóstico o certo é que pouco se tem adiantado. Ou seja, há a sensação estranha de se saber qual é a doença mas não tem havido a coragem suficiente para, de uma vez por todas, se começar com acções concretas conducentes à melhoria do nível de vidas das populações africanas.

Como defende Eicher (1999) “ a fome africana perdeu o valor de “chocar” mas não o seu impacto”. Refere aquele autor “as pessoas têm fome e a AIDS junta-se a ela nesta morte silenciosa e o certo é que ao fim de 40 anos de independência, os líderes africanos e as instituições africanas defraudaram as suas populações e os doadores internacionais e os académicos não poderão, de igual forma, fugir às suas responsabilidades no contributo que tiveram ou não para a situação que hoje se vive”.

Collier (1997) referia “África recebeu mais do que 64 mil milhões de dólares em assistência para as suas reformas mas os resultados foram desoladores”. Não espanta por isso que os doadores internacionais estejam cansados de apoiar sem vislumbrar melhorias. A USAID dedicava em 1985, 47% da ajuda a África à agricultura e suportava ainda 250 africanos em programas de formação em agricultura ao mais variado nível. Em 1998, os valores relativos da ajuda daquela organização à agricultura africana tinham caído para os 10% e o número total de bolsas atribuídas a africanos para o sector agrário era então de 10 (Atwood, 1998)

5 – ESTRATÉGIA SEGUIDA NO PÓS-INDEPENDÊNCIA

5.1 – A Opção na Industrialização

Com o ascender dos diferentes países à independência, a esperança por dias melhores invadiu naturalmente o coração das pessoas. A maior parte dos governantes africanos, sem olhar à história, perspectivou um desenvolvimento rápido que deveria assentar numa industrialização crescente que conduziria o país, por volta do ano 2000 a ser poderoso e respeitado internacionalmente.

Infelizmente a realidade que hoje se vive na maioria dos países africanos subsaarianos é bem diferente. A aposta na agricultura e em toda a sua envolvente não se verificou e ainda hoje, não se verifica independentemente de todos os bons exemplos que existem pelos países do Sul como os casos do Brasil, China, Índia, Malásia que, entre outros, são bem o espelho, pese embora todas as dificuldades ainda existentes, de que com uma aposta clara e definida na agricultura se pode chegar ao sucesso e à melhoria do nível de vida das populações. Por variadas razões os Ministros de Agricultura dos países africanos nunca conseguiram convencer os seus Ministros das Finanças ou os Presidentes para a importância da aposta na agricultura por forma a se garantirem os investimentos necessários para a implantação das respectivas políticas. **Hoje**, a este aspecto é dada tanta importância que em 1994, a ONU aconselhou a que os países

africanos dedicassem 25% do seu PIB para o desenvolvimento rural (CTA, 1994). Embora aceite por todos os governantes, tal medida está hoje longe de ser tomada e, em muitos casos, ela é ainda uma miragem absoluta.

Como refere Eicher (1999) não deixa de ser curioso que a atracção pelo rápido crescimento através da industrialização fascinou os mais reputados estadistas africanos que conduziram os seus países à independência como são o caso de Senghor e de Nkrumah. No entanto, como refere Jaycox (1993), o fascínio pela industrialização como motor do desenvolvimento também invadia a grande maioria dos doadores e nomeadamente o Banco Mundial.

Quais as razões que terão levado a maioria dos estadistas africanos a tal estratégia, continuam a não ser muito claras. Claro é que, com o apoio de economistas do mundo ocidental, **África optou pela industrialização quase esquecendo a agricultura e toda a envolvente agro-industrial a que ela deveria estar associada.**

A título de exemplo das opções tomadas, referenciamos apenas quatro países o Ghana, a Nigéria, a Tanzânia e o Senegal que, sendo quatro dos países mais representativos da África Sub-sahariana ascenderam à independência com líderes carismáticos e apresentam ainda hoje potencialidades agrícolas muito boas (Eicher, 1999).

No Ghana, Nkrumah virou as costas aos conselhos do seu amigo e futuro prémio Nobel da Economia W. A. Lewis que lhe apontava como primeira prioridade o aumento da produção de alimentos. Em vez disso, apostou na indústria da bauxite com base na energia hidroeléctrica do rio Volta. Resultado, o país chegou à ruptura financeira e política nos fins da década de 70 (com vários golpes de estado) e só nos últimos anos foi possível observar algum crescimento.

Na Tanzânia, a aposta na industrialização foi feita com base nas taxas suportadas pelos produtos agrícolas de exportação o que levou, naturalmente, a um desânimo geral dos agricultores que foram abandonando a agricultura enquanto os maus resultados industriais levavam a economia do país a uma estagnação. Aqui, como em outros países, a aposta na exportação de produtos primários para se cobrar a “taxa de exportação” (muitas vezes o único imposto possível de ser cobrado) tem afectado, ainda que com o apoio do Banco Mundial, o crescimento sustentável da envolvente agro-industrial que deveria estar associada à agricultura (Cramer, 1999))

A Nigéria, até 1960 era um exportador líquido quer de culturas comerciais (cash crops) como de culturas alimentares. Neste país, o petróleo tinha começado a ser explorado em 1930, e em 1970 era já o primeiro produto exportado. Logicamente que com as divisas obtidas do petróleo a Nigéria “encorajou” a importação de alimentos frescos e elaborados com reflexos óbvios para o seu mundo rural ainda que maioritário. Como refere Eicher (1999) devido à instabilidade política, corrupção e má gestão, a economia do país implodiu na década de 80 fazendo com que não apresente hoje nem uma indústria moderna nem uma agricultura produtiva.

O Senegal, logo que chegou à independência em 1960, o seu líder carismático Leopold Senghor anunciou ousados planos para a industrialização do país. Com aconselhamento da ex-potência colonizadora, o Senegal começou a desenvolver as infra-estruturas necessárias para suportar tais indústrias, manteve a produção agrícola das suas culturas

de exportação nomeadamente o amendoim e manteve relações privilegiadas com a França (Gellar, 1995). Em 1970, o governa tentava diversificar a produção apontando o turismo, a pesca e a exportação de fosfatos como essenciais para o desenvolvimento. O sonho de Senghor e depois de Diouf de ter um Senegal industrial continua por materializar.

No entanto, em finais da década de 70 e apesar de todos falhanços e raros êxitos conseguidos, e já com o perceptível avanço da pressão demográfica a exigir uma clara aposta na produção de alimentos, como a morte em 1985, de cerca de um milhão de pessoas na grande fome da Etiópia haveria de demonstrar, a OUA conseguiu a pressão necessária para que a ONU declarasse a década de oitenta como a “A Década para o Desenvolvimento Industrial de África” (IDDA – Industrial Development Decade for Africa).

Segundo o documento em que a ONU faz a avaliação dos resultados obtidos durante a primeira década de industrialização, também para aquela organização, a industrialização deveria ser a mola propulsora do desenvolvimento em resposta às dificuldades sentidas por cada país para diversificar as suas exportações predominantemente agrícolas. Desta forma, a transformação dos produtos primários poderia substituir algumas das importações. Para se tentar dar o “salto em frente” os chefes de estado africanos viriam a adoptar o “Plano de Acção de Lagos” que era um programa que se queria integrado em todos os sectores da economia – agricultura, indústria, recursos naturais, ciência e tecnologia, transportes e comércio, finanças, energia e ambiente.

Deste plano, e com a pressão sobre as Nações Unidas nasce então a Década para a Industrialização de África com os seguintes objectivos (UN- IDO, 1991):

- 1 – Recurso à industrialização como meio para atingir o desenvolvimento sustentável.
- 2 – Redução da dependência externa
- 3 – Aumento do consumo de “inputs” internos
- 4 – Criação de um plano estratégico para a industrialização africana
- 5 – Desenvolvimento da capacidade crítica nacional aos mais diversos níveis, humano, institucional e de infra-estruturas.
- 6 – Promoção da cooperação regional e sub-regional formulando projectos internacionais que potencializem as disponibilidades humanas e estruturas existentes.

Segundo aquele mesmo relatório, e pese embora a nobreza dos objectivos, a década de 80 foi desastrosa para o continente e por esta ou por aquela razão os objectivos definidos não foram alcançados. O crescimento *per capita* diminui, a produção agrícola cresceu menos que a população, a fome proliferou e os fortes investimentos previstos pela IDDA ou não se materializaram ou se “volatilizaram” em vários níveis de corrupção além do que, o crescimento industrial praticamente não aconteceu.

Rweyemamu (1980) referia, “ se bem que a taxa de industrialização dos países africanos tenha crescido a um valor de 10% entre 1955 e 1965, ela abrandou muito nas décadas de 70 e na de 80 devido aos altos investimentos, má gestão e falta de estruturas básicas o que levava a que os produtos obtidos no continente fossem, em média, 30 a 300% mais caros em África do que na Ásia.

Razões que possam justificar tais falhanços terão naturalmente que ser encontradas interna e externamente e poderão ser em tudo idênticas aos insucessos que também se têm observado na agricultura onde a falta de uma estratégia, assente numa discussão entre todos os grupos alvo, parece ser essencial.

5.2 - A Segunda Década para a Industrialização de África

Pese embora todo o insucesso da primeira década, os chefes de Estado Africanos e doadores (liderados pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional) acharam que uma nova aposta na industrialização, depois de alguns ajustes internos em alguns países, continuava a ser uma importante forma de se alcançar o tão desejado desenvolvimento. Entre os ajustes internos, os mais importantes terão a ver com a aceitação por parte dos países africanos dos programas de reajustamento estrutural traçados pelo Banco Mundial e pelas novas regras do FMI (UN-IDO, 1991):

- a) aceitação do mercado como o mecanismo mais eficiente do que os planos “dirigistas” do estado
- b) adopção de taxas de câmbio reais
- c) taxas de juro aliciantes
- d) mercado livre e remoção de todas as burocracias
- e) evitar o crescimento do “déficit público”
- f) evitar subsídios
- g) encorajamento das privatizações

Embora se defenda que estes pontos tenham nascido do acordo entre todos os envolvidos, está demonstrado que, países eminentemente rurais, sem estruturas, sem redes viárias e rodoviárias capazes, com níveis de pobreza muito elevados, sem massa crítica suficiente e uma iletracia elevada só por milagre poderão competir a nível internacional (Reinermann, 1996).

É no entanto de realçar que o relatório das Nações Unidas sobre a avaliação da 1ª Década de Industrialização, dá voz a uma Rede Alternativa Africana que tenta colocar o desenvolvimento africano de outra forma. Em plena década de 80, a African Alternative Framework, defendia que África deveria deixar a fase de “pura troca” para passar à fase de produção para o que necessitará do envolvimento de todos os agentes e de uma organizada alocação de recursos e do acesso aos níveis mínimos de vida pelo que defendiam uma estreita ligação entre o sector produtivo (a agricultura) e o processamento (a industrialização). O que, concorde-se ou não, é o mesmo que dizer que África está longe de poder responder aos desafios crescentes da globalização e que a cegueira dos programas só poderá acentuar, ainda mais, o fosso que já hoje existe.

Assim, aquela associação defende que, antes de se passar à industrialização, haverá alguns aspectos que deverão ser assegurados:

- a) O fortalecimento e a diversificação do sector produtivo africano necessita que as economias africanas passem da exportação de produtos primários para a exportação de produtos que tenham venda local e possam ser exportados.
- b) Que os investimentos deixem de ser feitos nas actividades comerciais e especulativas e passem a ser no sector industrial público e privado

- c) Que a satisfação da procura doméstica deve ser assumida para a maioria da população especialmente para a ligada ao sector agrícola
- d) A necessidade de haver a nível nacional uma “massa crítica” que consiga acompanhar a situação e faça permanentemente a sua análise.

Com esta abordagem, aquela associação não pretenderá estar contra a industrialização mas, desejar que ela aconteça de modo sustentável por forma a conseguir aumentar a oferta de emprego para progressivamente retirar gente da agricultura e, por outro lado, fornecer os bens necessários às populações além de contribuir, de forma sustentável, para a exportação de produtos já com valor acrescentado.

Independentemente de todas as considerações, e embora desejando que para um melhor aproveitamento das ajudas, alguma industrialização deva ser regional ou mesmo multinacional (indústria química, metalúrgica e alguma alimentar), África e os doadores entram então na discussão para a implementação da 2ª Década de Industrialização do continente tendo no entanto as conta as recomendações do Banco Mundial que eram:

- 1- Embora a prioridade máxima deva ser dada à agricultura e à segurança alimentar, em circunstância alguma tal prioridade deve afectar o desenvolvimento industrial africano que deverá crescer a uma taxa mais alta do que a agricultura.
- 2- O crescimento por si só não alivia a pobreza nem trás a segurança alimentar pelo que deverão haver programas especiais para tais aspectos
- 3- Deve promover-se o aparecimento de empresas e empresários ao mais variado nível
- 4- Desenvolver esforços para melhorar a produtividade do capital investido
- 5- Criação de capacitação aos mais variados níveis desde humano, infra-estruturas e preservação dos recursos naturais.

É assim que, com base nos erros detectados na primeira década e ouvidos algum dos seus intervenientes, se lançou para a discussão alguns aspectos que a 2ª Década para o Desenvolvimento Industrial Africano deveria contemplar:

- 1 – Reabilitação das empresas existentes
- 2 - Revitalização do sector público industrial
- 3 – Desenvolvimento de uma forte ligação às agro-indústrias
- 4 – Capacidade de manutenção das infra-estruturas aos diferentes níveis
- 5 – Desenvolvimento de um empresariado
- 6 – Elaboração de produtos que tenham em vista o “mercado”
- 7 – Capacidade para atrair investimentos estrangeiros
- 8 – Desenvolvimento das infra-estruturas físicas
- 9 – Desenvolvimento de infra-estrutura institucional
- 10 – Fortalecimento dos sectores envolventes da indústria instalada
- 11 – Fortalecimento da cooperação regional e sub-regional
- 12 – Aposta inequívoca nos recursos humanos

Como defendem os relatores da avaliação da Primeira Década de Industrialização, os objectivos traçados para a Segunda Década não se afastam muito dos da anterior continuando, como primeira prioridade, a diminuição da dependência do continente africano face às restantes regiões nos seus mais variados aspectos.

Se é certo que enquanto a estratégia para a Primeira Década foi delineada basicamente pelo poder central e pelos doadores, para a Segunda Década, já houve mais discussão nacional o que, atendendo às actuais infra-estruturas institucionais e humanas que grassam pela maior parte do continente pode não ser o garante da existência de discussão esclarecida (Delgado, 1997).

No entanto, são bem visíveis algumas preocupações que não apareciam no primeiro quadro como sejam, a defesa de uma forte ligação entre a indústria e a agricultura, a necessidade de um maior envolvimento institucional por cada país envolvido e a necessidade de se criarem em África, verdadeiros empresários capazes de liderar por dentro, uma estratégia que melhor sirva o desenvolvimento das nações como um todo e não apenas de algumas elites que, por beneficiarem de canais de informação e, muitas vezes, de favores, enriquecem facilmente contribuindo ainda mais para o avolumar de assimetrias já ali existentes.

5.3 – Os Resultados Obtidos

Ainda que sem acesso à avaliação do modo como terá decorrido esta 2ª Década de Industrialização, as notícias que vão chegando de praticamente todos os países sub-saharianos, não nos trazem sinais das melhorias que todos gostaríamos de ver, uma vez que a população continua a crescer mais dos que a produção de alimentos, as populações não conseguem sair de uma agricultura ancestral que hoje, na maior parte das situações, já não dá respostas às necessidades mais primárias pelo que se vai acentuando a pressão sobre os recursos naturais (Correia, 1994 e 1999) e a crescente urbanização não tem correspondido a uma opção de arranjar novos empregos cujos salários fariam melhorar o nível da vida das populações (Pinstrup-Andersen, 1999).

Os recentes acontecimentos no Zimbabwe são um bom indício do muito que falta fazer e do percurso que os africanos ainda terão de percorrer. Como referiam Eicher e Kupfuma em 1998, numa primeira fase logo a seguir à independência em 1980, o Presidente Mugabe apostou no apoio à agricultura familiar e esta respondeu para o período compreendido entre 1980 e 1986 com a duplicação da produção de milho. Ainda segundo aqueles autores, a partir de 1990, Mugabe terá perdido todo o interesse pela agricultura e tentou acelerar o desenvolvimento por outras vias nem sempre bem entendidas. Para escamotear os erros económicos cometidos desenterra a velha questão de distribuição das terras e exporta soldados e caçadores de diamantes para o conflito do Congo. Já este ano, a questão da redistribuição das terras levou Mugabe a entrar em conflito aberto com os fazendeiros brancos que ocuparão as melhores terras, apoiando os “antigos combatentes” nas ocupações que faziam dando cobertura à violência perpetrada contra os fazendeiros brancos e fundamentalmente contra os apoiantes do maior partido de oposição ainda que em claro desrespeito pelos tribunais.

Em África, a má gestão dos recursos e a tentativa de algumas elites manterem as suas regalias têm conduzido o continente para uma situação insustentável onde, as guerras civis estarão cada vez mais generalizadas e banalizadas.

5.4 – A Situação Actual

A generalidade dos dirigentes africanos continua a não reconhecer a importância que terá, para o desenvolvimento dos seus países, a produção sustentável de bens alimentares e a recuperação de alguns dos mercados de exportação para algumas das culturas comerciais que produz como já aconteceu num passado recente. Nem o exemplo de outros países os faz mudar de atitude. A Índia é um dos exemplos referenciados na bibliografia como um país modelo que, embora a braços com uma explosão demográfica muito elevada e com uma densidade populacional das mais elevadas conseguiu, através de um debate interno muito alargado a todos os agentes, implementar estratégias de desenvolvimento que, passando por uma aposta clara no papel da agricultura conseguiu, com ajuda da comunidade internacional, mas fundamentalmente com uma alta responsabilidade nacional, atingir a auto-suficiência em cerca de vinte anos (de 1960 a 1981). Os vinte anos passados na aposta na industrialização e os insucessos que daí advieram poderão ajudar a não se olhar para a agricultura como “investimentos a longo prazo”!!!

5.5 – Evolução do Sector Agrário

Do que fica dito não se pode inferir que nada se fez na agricultura. Como defende Eicher (1999), a história agrária dos países sub-saharianos no pós independência pode ser dividido em **dois períodos** bem distintos.

O primeiro que podemos referenciar entre a independência e 1985 foi aquele onde se verificou uma expansão do sector público e onde se tentou ainda apostar na investigação, no ensino agrário e na extensão rural. O número de extensionistas terá passado de 21.000 em 1959 para 57.000 em 1980, o número de Universidades terá passado de 20 em 1960 para cerca de 160 em 1996 (Baintema, Pardey e Roseboom, 1998), e o número de investigadores terá passado de 2.000 em 1960 para 9.000 em 1991 (Pardey, Roseboom e Beintema, 1997).

Já neste período apareciam vozes que tentavam remar contra a maré como o Ministro da Agricultura do Quénia, **Mboya** que em 1967 defendia “ um programa alimentar para África deverá estar intimamente relacionado com as necessidades do mundo. O nosso objectivo não deverá ser a auto-suficiência mas o de sermos um fornecedor do resto do mundo. Não importa qual o sucesso que tenhamos com a industrialização, será um facto de que a África será nas próximas gerações um produtor de alimentos primários. Devemos aprendê-lo a fazer bem e de uma forma crescente. Para tal, será necessário um esforço grande não só a nível da investigação mas também ao nível dos problemas práticos da produção, do armazenamento e da comercialização”

Independentemente deste discurso e de outros que naturalmente aconteceram de africanos ou não, eles não foram suficientes para que a maioria dos líderes africanos tomasse a agricultura e os problemas do mundo rural como uma das prioridades a enfrentar o que redundou em políticas de fracasso.

É estranho, que independentemente dos fracassos os doadores continuassem a pagar as propostas de reformas que lhe eram apresentadas para apoiar. Collier (1997) refere o típico exemplo do Quénia que num período de 15 anos terá vendido ao Banco Mundial a mesma reforma agrícola durante quatro vezes. Aquele autor defende que a localização

geo-estratégica do país ajudará a entender o porquê de muitos doadores serem complacentes!

O **segundo** período a partir de 1985, e com a entrada em vigor nos diversos países dos acordos firmados com o Banco Mundial no âmbito das diferentes políticas de reajustamento estrutural, foi notória a redução dos funcionários públicos ou, talvez o mais comum, o não pagamento dos já parcos salários que, no campo agrícola, se revelou no fim da maior parte dos serviços de extensão, no desmantelamento dos Sistemas de Investigação Agrária Nacional (NARs) e na fuga importante de uma parte significativa dos professores que ensinavam nas Universidades. Como Delgado (1997) referia “talvez as maiores necessidades de investimento se coloquem ao nível da capacitação de pessoas e das instituições relacionadas com a investigação agrícola e com a formulação de políticas para que as conversas com os doadores sobre as estratégias a seguir tenham algum sentido”.

Como se pode perceber, a política de emagrecimento do serviço público e o desaparecimento prático das instituições (substituídas aqui e ali por diferentes tipos de organizações) fez regredir África para os níveis da época da independência só que agora a ter de fazer face a problemas mais complicados e sem contar já com o benefício da dúvida que a esperança em melhores dias a independência, então recentemente adquirida, naturalmente carregava.

O quase desaparecimento do estado permitiu o emergir de um sem número de organizações e de projectos de cooperação bilateral ou multilateral que tentam, na maior parte das situações sem qualquer coordenação, intervir junto das populações no sentido de os ajudar a superar as condições difíceis em que vivem. Sem pôr em causa a boa vontade de muitas destas acções, dificilmente poderemos esperar um crescimento sustentável uma vez que as populações estarão sempre dependentes da existência ou não de projectos.

Aceitando que o triângulo do saber agrícola assenta nos institutos de investigação, nos serviços de extensão rural e nas universidades de agronomia seria de esperar que uma das formas de compensar este menor investimento fosse através de uma aposta na coordenação nacional e regional onde poderiam nascer várias economias de escala. Infelizmente tal não acontece e os doadores também em nada ajudam, pois as suas intervenções são sempre separadas podendo mesmo correr o risco de serem repetitivas ou contraditórias. Por exemplo, o programa da União Europeia INCO-DEV apenas privilegia a investigação defendendo que, os outros aspectos, ainda que importantes, decorrem por outras fontes de financiamento aparentemente sem qualquer coordenação entre si.

Existindo os três vectores para o desenvolvimento agrícola seria de esperar que os gastos em cada um deles fossem idênticos. Como adianta Willet em 1998, dos 4.819 milhões de dólares que o Banco Mundial financiava para o sector, 51,5% destinavam-se à investigação agrícola, 46,25% à extensão rural e apenas 2,25% às universidades de agronomia que deveriam ser o local onde os principais quadros se deveriam formar. Na bibliografia abundam exemplos de falhanços de programas de mestrado ou de doutoramento a nível nacional ou mesmo regional. O exemplo do que se passa nos países africanos de expressão oficial portuguesa é disso um bom exemplo (Correia, 1999).

Com a experiência adquirida nos seus próprios países, em que os sistemas de investigação e a criação de Universidades Internacionalmente reconhecidas demoraram imenso tempo a concretizar seria de esperar uma maior aposta da comunidade de doadores na capacitação, a longo prazo, humana e das instituições africanas por forma a se atingir as populações mais desfavorecidas.

No entanto, como refere Eicher (1999) poderemos questionar “ Com tantas frustrações, porquê que os doadores devem financiar programas a longo prazo, quando os líderes políticos africanos se entretêm com guerras de fronteiras fratricidas, se passeiam em jactos particulares, constróem aeroportos desnecessários e com facilidade toleram a corrupção?

Outro problema levantado por aquele autor é o de, mesmo que os doadores se colocassem de acordo para suportar a capacitação a longo prazo, não existe hoje consenso quanto à forma de o fazer para os 48 países africanos com sete histórias coloniais diferentes.

6 - A INDÚSTRIA ALIMENTAR EM ÁFRICA

Para Raoult-Wack (1998) – o sector agro alimentar africano ainda é olhado como um campo para a investigação e de trabalho menos importante do que acontece com a agricultura embora, nos últimos anos, se note um interesse crescente no assunto. No entanto, tal como na agricultura, o sector apresenta os mesmos problemas estruturais que foram anteriormente abordados.

Aquela autora dava o exemplo da menor importância do sector comparando o nº de técnicos que nele trabalhavam com o da agricultura. No caso do Senegal, para 130 trabalhadores agrícolas haviam 15 para das indústrias alimentares enquanto no Ghana a proporção era de 152/15.

Embora estes dois sectores representem hoje a maior fonte de rendimento e de emprego para a população mundial, nos países mais pobres, o sector apenas fornece 10% do PIB contra 50% do que acontece nos países ricos.

Tal como aconteceu na agricultura, a agro-indústria tropical africana começou por fazer-se, sobretudo sobre as culturas de exportação (café, cacau, palmeira do déndem, algodão). O primeiro esforço para alimentar a população local com produtos já processados foi através do estabelecimento de indústrias locais para laborarem produtos importados (farinhas de milho e trigo, cervejeiras, fábrica de refrigerantes, fábricas para a reconstituição do leite em pó entre outras).

A investigação sobre a industrialização de produtos locais como milhetos, sorgos, fonio, quinoa, amaranthus, mandioca, inhames, feijões vários, diversas frutas exóticas, nunca foi realizada como uma estratégia a seguir por falta de um mercado que só começou a emergir com a urbanização crescente que hoje se regista, mas ainda assim, sempre limitado pela pobreza destes novos cidadãos. Além disso, os cientistas africanos estão muito mal equipados e muito do conhecimento tradicional, sobre os alimentos típicos, só muito esporadicamente é levado ao papel o que faz com que a sua disseminação permaneça limitada.

Pode-se assim dizer que, desde o seu aparecimento, **a investigação sobre as agro-indústrias** nos países tropicais centrou-se - em duas linhas de acção distintas.

A **primeira** consistiu na criação de “versões tropicais” de produtos importados (por exemplo, a inclusão das farinhas de sorgo e pennissetum nas farinhas tradicionais de milho e trigo). Salvo raras excepções, como a que Treillon et al (1986?) referem para o Benin onde, uma pequena empresa começou a fazer farinhas para crianças com o suporte de produtos nacionais mas respeitando a forma tradicional de os elaborar e conseguiu de forma sustentável, ainda que com dificuldades, um êxito assinalável, na maior parte das situações aconteceram muitos fracassos pois quem pode comprar produtos com valor acrescentado não compra produtos que pretendem ser cópias do que geralmente se vendem e, sem uma campanha de marketing bem dirigida, será sempre difícil fazer os consumidores pensar que não se trata de um produto de menor qualidade. Além do mais, a integração do projecto no mundo real é essencial para se procurar chegar aos consumidores “alvo”.

A **segunda**, de evolução muito mais recente tem sido a tentativa de industrializar produtos que até aqui só apareciam confeccionados ou preparados de forma muito artesanal o que exige a mecanização de processos, embalagens mais higiénicas e um processo de marketing bem direccionado que já levou na Ásia e na América Latina à comercialização desses novos produtos [farofa (Brasil), panela e patacones (Colômbia), tofu e tempeh (Indonésia) entre outros] com algum sucesso. Em África também apareceram uma boa variedade de produtos tradicionais mas fundamentalmente relacionadas com farinhas e sumos. No entanto, não se registou muita procura uma vez que só uma franja muito pequena da população poderá comprar aquilo que em casa se poderá obter de forma tradicional e mais barata.

6.1 – As Pequenas Empresas

Würdemann e Meerendonk (1998) asseguram que depois de uma aposta inicial no aumento da produção agrícola se verificou, que muitos dos alimentos se estragavam. Dentro da estratégia a seguir o processamento possível desses alimentos, pode ser uma forma de aproveitarmos daquilo que tanta falta faz e poderá ser uma ferramenta poderosa para combater a fome e aliviar a pobreza (Okezie, 19988).

Würdemann e Meerendonk (1998) referem no entanto, que sendo o sector familiar largamente maioritário no continente africano e não pondo de lado a existência de empresas a nível nacional, as micro e pequenas indústrias agro-alimentares deverão naturalmente assumir um papel muito importante no sector e no seu desenvolvimento.

Ferrão (1997) refere que as perdas pós-colheita em alguns países africanos podem chegar aos 40%. No entanto, e atendendo que a agricultura familiar é a que domina no continente, o processamento dos alimentos deverá ter isso em devida conta além do que, a maior parte dos países, são grandes, com baixa densidade populacional e com uma estrutura viária ou rodoviária muito limitada (Correia, 1999).

Nestas condições, os custos das transações e de transporte, quer para os produtos frescos como para os elaborados serão muito altos principalmente longe das capitais ou das cidades principais. Para Würdemann e Meerendonk (1998), esta situação pode à partida

comprometer o arranque destas possíveis pequenas e médias empresas uma vez que, as economias de escala são difíceis de conseguir e o dinheiro não abunda.

Esta dificuldade e o oportunismo de alguns dos agentes envolvidos têm gerado o aparecimento de alguns elefantes brancos como o do complexo do Comeré na Guiné Bissau onde, depois da independência, foi vendida e instalada uma grande unidade agro-industrial para laborar com “economias de escala” os principais produtos daquele país, as oleaginosas e as frutas. Porém, palmeiras do dendém existentes na Guiné Bissau são quase todas pertencentes ao grupo “dura” e, por isso, com pouca aptidão para a produção de óleo de palma. No caso do processamento dos frutos, a capacidade instalada para a produção de néctares e sumos de frutos era de tal ordem, que se dizia que bastaria funcionar 15 dias ao ano para laborar toda a fruta do país passível de ser processada (Ferrão, 1985).

Não contando com as situações pouco claras que possam aparecer, Würdemann e Meerendonk, 1998 reconhecem que o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas para o processamento de alimentos encontram-se numa fase embrionária do seu desenvolvimento no continente africano mas acreditam que elas possam e devam desempenhar um papel decisivo no combate à pobreza e à fome. Para que tal aconteça, aqueles autores apresentam um certo número de questões às quais os interessados devem desde já dar a devida atenção para que a possível estratégia a definir assente em bases sólidas e pragmáticas:

1 – Mercados e marketing – talvez o maior problema uma vez que um e outro estão pouco desenvolvidos e, de uma forma geral, o poder de compra população é muito limitado. Os autores dando o exemplo do Malawi (95 habitantes por km², e 11 milhões de pessoas) referem que a média de proventos mensal de cada família é de cerca de 25 dólares o que os afasta quase de imediato da compra com produtos que tenham valor acrescentado.

2 – Financiamento – talvez o segundo maior problema, é o acesso ao crédito para se conseguirem fazer investimentos. O crédito que vai existindo destina-se mais para apoio ao mercado esquecendo o crédito a longo prazo para a compra de equipamento que é fundamental.

3 – Tecnologias – Muitas vezes, faltam conhecimentos sobre os procedimentos da tecnologia mais apropriada para cada situação assim como o acesso à informação sobre os processos e equipamentos disponíveis. A maior parte dos pequenos industriais que se querem instalar não sabe como operar com o equipamento nem têm qualquer noção sobre o que é o controlo de qualidade e, muitas vezes, utiliza equipamento obsoleto para obter produtos de pouca qualidade. O equipamento é difícil de se comprar e, muitas vezes, muito mais difícil de se manter em boas condições pois, na maior parte dos países, as capacidades da investigação para gerar “adaptações” ou da indústria poder produzir equipamento sobresselente é nula ou reduzida.

4 – Falta de experiência em situações fundamentais que tenham a ver com gestão de empresas. A simples introdução de um sistema de gestão de informação poderá ser muito vantajoso para as pequenas empresas do sector

5 – Enquadramento macro-económico – os programas de ajustamento estrutural levados a cabo nas décadas de 80 e 90 tiveram quase sempre efeitos positivos para a macroeconomia porém, o resultado nem sempre foi o mesmo para as pequenas e médias empresas o que poderá estar relacionado com a fraca estrutura organizativa e institucional destas, com a falta de adequada legislação para o seu enquadramento e

naturalmente com as deficitárias infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento da maior parte dos países africanos.

Na prática, os resultados negativos advêm da competição dos produtos importados que são, normalmente mais baratos e melhores. Num sector que tem vindo a absorver cada vez mais pessoas que saem do campo, o seu enfraquecimento pode contribuir, se políticas adequadas não forem tomadas, para um alargar das assimetrias que já hoje existem quando comparamos África com as restantes regiões tropicais e isto para não fazermos comparações com o mundo desenvolvido (Reinermann 1996 e Bohnstedt e Dürbeck 1998).

Como se pode verificar, a situação da indústria agro-alimentar não é muito diferente do que acontece para o sector da agricultura. Falta de capacitação humana, falta de infra-estruturas, falta investigação e, no essencial, falta de uma adequada estratégia para o desenvolvimento do sector e de todos os que dele dependem.

Não perspectivando apenas as micro e as pequenas empresas, Raoult-Walk (1998) reconhece também que “a expansão do sector nos países do Sul continua problemática devido à falta de competitividade das empresas e dos produtos tropicais quer nos mercados locais como nos internacionais”.

6.2 Que Estratégia

Em termos de estratégia, Raoult-Walk (1998), defende que as condições existentes em África não permitirão a utilização do conhecimento que hoje se tem sobre o sector uma vez que a falta de recursos humanos aos mais variados níveis, de infra-estruturas adequadas impede os métodos de gestão e de interdisciplinaridade que hoje imperam na agro-indústria mundial. Raoult-Walk defende que, em vez da simples transferência de tecnologias, se deve optar pela instalação de sistemas próprios nos países e que sejam tomadas em conta as realidades onde se vão inserir.

Tal como Würdemann e Meerendonk 1998 defendiam para as micro e pequenas empresas, Raoult-Walk (1998) chama a atenção para alguns pontos que desde já devem merecer a atenção de quem se queira dedicar ao sector e se possa preparar para os novos desafios que se vão colocar como os relacionados com o aumento demográfico, com a urbanização crescente e com a necessária globalização dos mercados por forma a que a indústria alimentar possa também contribuir para a melhoria de vida dos mais desfavorecidos. Entre os diversos aspectos aquela autora salienta os seguintes:

- a) Melhor entendimento nos “novos mercados urbanos”. Deverão ser desenvolvidos processos tecnológicos que se adaptem às características das matérias-primas e às exigências dos novos consumidores. A competitividade alcançada quer pela qualidade como pelo preço deverão estar sempre presentes no espírito dos novos empresários
- b) Estudos sobre a possibilidade de utilizar as agro-indústrias para diminuir as assimetrias entre as cidades e o mundo rural através da instalação dessas indústrias em locais estrategicamente colocados.
- c) Abordagens cada vez mais profissionais do que aquelas que até agora foram conseguidas para a agricultura. O objectivo será o de entender

antecipadamente a diversidade e a complementaridade que podem ser conseguidas com as novas empresas.

- d) Conseguir fazer um uso eficiente dos recursos locais. Obter um levantamento exaustivo dos processos tecnológicos que já existem no mundo e estudar a possibilidade da sua adequação às realidades locais ou, decidir sobre a necessidade de algo completamente novo para se atingir os objectivos pretendidos – a criação de produtos de qualidade, a bom preço e que satisfaçam as exigências dos consumidores nacionais e ou internacionais.
- e) Busca de novos campos para a investigação. Até agora, muito investigou sobre os processos tecnológicos mas pouco sobre os rendimentos energéticos gastos em tais processo. Quais as necessidades energéticas para cada uma das indústrias e quais os impactos sobre a exploração dos recursos naturais que tais gastos trarão serão, no futuro, uma área a merecer estudo atento.

Já em 1992, Treillon defendia que “mais importante que o génio da invenção será a sua adaptação às reais necessidades dos utilizadores defendendo que mais importante que objectivo é o processo que levou ou terá levado ao seu aparecimento ou seja, o diálogo entre fabricantes, compradores e consumidores”. Treillon defendia já na altura a necessidade da existência no terreno de agentes que fizessem a mediação entre todos os interessados.

7 – PERSPECTIVAS FUTURAS

A convicção de que uma aposta no mundo rural e em toda a sua envolvente é vital para o desenvolvimento africano, advém da experiência que é possível obter de outros países tropicais e ainda do facto de, ainda hoje, a grande maioria de a população africana viver da ou para a agricultura. Esta convicção não nos dá o atrevimento de pensarmos que resolvendo os problemas do mundo agrário teremos o futuro garantido. Todos os sectores deverão ter o seu protagonismo porém, no nosso entender, antes de grandes planos estamos convencidos que o desenvolvimento pretendido por todos, só será possível de ser alcançado quando as questões básicas como o acesso à alimentação, à saúde, à educação e porque não, “aos direitos humanos” estiverem resolvidos e alargados ao maior número de almas possíveis (Correia, 1999). Para tal, sem uma capacitação de pessoas e uma clara aposta no reforço das instituições não se entende como poderá ser alcançado.

Em Janeiro de 1994, técnicos e especialistas de várias organizações africanas e internacionais juntaram-se em Arusha para debater as políticas gerais para o desenvolvimento rural em África. O leque de recomendações que saiu desta importante reunião espelha quase tudo o que se tem dito sobre o que há que fazer o que me leva, ainda que ousadamente a trazer-vos aqui o resumo:

- a) O desenvolvimento rural dos países africanos é antes demais um assunto dos governantes africanos e só depois dos doadores. Para tal, os governantes deverão, antes do mais, dar provas do seu empenhamento claro para com as acções de desenvolvimento.
- b) Se as populações às quais se dirigem as diferentes acções não forem envolvidas na fase de diagnóstico e posteriormente na de execução, dificilmente teremos acções sustentáveis.

- c) As responsabilidades devem ser repartidas por todos e todos deverão saber quais as obrigações e deveres quer a nível de gestão e execução dos planos por forma a se combater a corrupção e os interesses egoístas de muitos dos agentes envolvidos.
- d) A ajuda internacional deve ajudar e não substituir os agentes locais
- e) Os projectos devem beneficiar directamente as populações a que se destinam e não o Estado e os seus funcionários uma vez que é para aquelas e não para estes que a comunidade internacional se vai mobilizando.
- f) A ajuda só deve incidir sobre os países que dêem mostras do seu envolvimento nos programas de desenvolvimento e respeitem os direitos humanos
- g) A coordenação da assistência deve ser dada ao país receptor e a ajuda dos doadores deverá apenas incidir em programas nacionais e locais.
- h) Estudos do regime da posse da terra e tomada de decisão para a sua resolução e implementação
- i) Os governos africanos deverão incluir nos seus programas medidas para conter a explosão demográfica e assim limitar a pressão continua sobre os recursos naturais
- j) Estudos criteriosos dos sucessos e insucessos obtidos com os variados programas de desenvolvimento e sua colocação numa base de dados para consulta.
- k) Atenção particular para a adopção das medidas de gestão adequadas

Por outro lado, a comunidade internacional levou a efeito em Maio último em Dresden na Alemanha o Primeiro Forum Global da Investigação na Agricultura (GFAR), evento de demorou dois anos a montar e que contou com a participação dos diferentes Forum nacionais.

Os diferentes temas tratados, assumidos por todos como aqueles a que se deveriam dedicar mais atenção foram aglutinados em quatro vectores principais:

- 1 – Gestão dos recursos genéticos e biotecnologia
- 2 – Recursos naturais e agro-ecologia
- 3 – Cooperação internacional e fileiras de culturas
- 4 – Gestão de políticas e desenvolvimento institucional

Como se pode verificar das prioridades, os pontos 3 e 4 vão de encontro a quase todas as preocupações expressas na reunião da Arusha. Ou seja, parece haver um entendimento claro entre os técnicos africanos e os da comunidade internacional sobre os principais problemas a abordar.

Infelizmente, reunião após reunião, seminário após seminário as mesmas recomendações e as mesmas chamadas de atenção vão-se repetindo sem que na prática se consigam vislumbrar as melhorais desejadas.

Porque será? Será só falta de vontade política? Penso que não. De qualquer forma, talvez valha a pena recordar as palavras de Nelson Mandela com que iniciei esta comunicação!!!

8 - BIBLIOGRAFIA

- Amartya Sen (1999) – Pobreza e fome. Questões de Economia, Terramar, 355 pp.
- Amoako, K.Y. (2000) – Uma ajuda, não uma esmola. Jornal Público, Lisboa, pp. 11
- Beintema, N.M.; Pardey, P.G.; Roseboom, J. (1998) *in* Eicher, Carl K.(1999) . Institutions and the african farmer. CIMMYT Economics Program. Economist lecture, CIMMYT, Mexico.
- Berck, P. & Bigman D. (1993) – Food security and food inventories in developing countries. CAB International, Wallingford, 381 pp.
- Bohnstedt, B et Dürbeck (1998) – Fitting small-and medium sized enterprises for export market. Agricultural + Rural Development, vol. 5, nº. 2, pp.28-31, Frankfurt.
- Collier, P. (1997) – The failure of conditionality *in* Eicher, Carl K.(1999) . Institutions and the african farmer. CIMMYT Economics Program. Economist lecture, CIMMYT, Mexico.
- Correia, A. (1994) - Agricultura Itinerante *versus* Agricultura Sedentária. As Respostas que Tardam. European Science in the Development of Tropical Regions. I.I.C.T., Lisboa, p.141-145..
- Correia, A. & Cabral, C. (1999) – Estratégias para o ensino e a formação agrícola na África Lusófona. Revista da associação Brasileira de Educação Agrícola Superior, Vol. 17, nº 1, pg. 85 – 105, ABEAS, Brasília.
- Correia, A. (1999) – A água como um dos factores limitantes de desenvolvimento do Continente Africano no próximo milénio. África. Populações, Ambiente e Desenvolvimento, ISCSP, 16 pp,Lisboa.
- Cramer, C. (1999) – Can Africa industrialize by processin primary commodities? The case of Mozambican cashew nuts. World Development, vol. 27, nº. 7, pp. 1247-1265, Elsevier.
- CTA (1995) – Séminaire International sur l'étude et l'évaluation des programmes de développement rural en Afrique. Rapport de synthse, Arusha 1994.
- Delgado, Christopher L (1997) – Africa's changing agricultural development strategies. 2020 Vision, Brief nº 42, IFPRI, Washington.
- Dresrüsse, Günter (1995) – Declining assistance to developing country agriculture: Change of Paradigm? 2020 Vision, IFPRI, 2020 Brief 16, Washington DC.
- Eicher, Carl K.(1999) . Institutions and the african farmer. CIMMYT Economics Program. Economist lecture, CIMMYT, Mexico.
- Eveson, R.E. et al. (1999) – Agriculture research and productivity growth in India. Research Report 109, IFPRI, Washington DC.
- Ferrão, J.E.M. et al. (1985) – pontos base para o desenvolvimento agrícola e agro-industrial da Guiné-Bissau. Relatório de Missão, ICE, Lisboa
- Ferrão, J.E.M. (1997) – A transformação dos produtos agrícolas e a sua importância para o desenvolvimento. Revista de Ciências Agrárias, vol. XX, nº 1, pp 57-68, Lisboa.
- Gastellu, J-Marc & Marchal, J.Y. (1997) – La ruralité dans les pays du Sud à la fin du XX siècle. Ostrom,Paris, 768 pp.
- Gastellu, J-Marc (1997) – Economie paysannes et secteur autonome *in* “Gastellu, J-Marc & Marchal, J.Y. (1997) – La ruralité dans les pays du Sud à la fin du XX siècle. Ostrom,Paris, PP – 239-258.
- GFAR (2000) – Dresden Declaration – Towards a global system for agricultural research for development”, Dresden.
- Gellar, S. (1995) – Senegal: An african nation between Islam and the West *in* Eicher, Carl K.(1999) . Institutions and the african farmer. CIMMYT Economics Program. Economist lecture, CIMMYT, Mexico.
- Jaycox, E.V.K. (1993) Capacity Building. The missing link in african development. The Courier, Brussels, nº 141, pp 73-75.
- Lesourd, Michel (1997) – l'Archipel rural africain en mouvement *in* “Gastellu, J-Marc & Marchal, J.Y. (1997) – La ruralité dans les pays du Sud à la fin du XX siècle. Ostrom,Paris, pp. 363-378.
- Mboya, T. (1967) – A Developmente strategy for Africa: Problems and proposals *in* Eicher, Carl K.(1999) . Institutions and the african farmer. CIMMYT Economics Program. Economist lecture, CIMMYT, Mexico.
- Okezie, B.º (1998) – Word food security: the role of postharvest technology. Food Technology, vol 52,pp. 64-49.
- Pardey, P.G.; Roseboom, J. et Beintema, N.M. (1997) – Investments in african agricultural research. World Development, vol. 25, nº 3, pp. 409-423, Elsevier.
- Pinstrup-Andersen, Per (1999) – Food policy research for Developing Countries . Emerging issues and unfinished business. IFPRI, Washington DC, 24 pp.
- Pinstrup-Andersen, Per *et al.* (1999) – Word food prospects: Critical issues for the early twenty-first century. 2020 Vision, Food policy Report. IFPRI, Washington DC, 32 pp.

- Raoult-Wack, Anne-Lucie & Bricas, Nicolas (1998) – Controllable development of the food sector in tropical areas: main challenges, fields of research and research procedures. *Outlook on Agriculture*, vol. 27, n° 4, pp 225-235.
- Reijntjes C. et al (1995) – Une agriculture pour demain. Introduction à une agriculture durable avec peu d'intrants externes. Karthalla – CTA, Paris, 472 pp.
- Reinermann, D. (1996) – The Uruguay Round from a development policy perspective. *Agricultural + Rural Development*, vol. 3, n° 1, pp.27-30, Frankfurt.
- Rweyemamu, J.F. (1980) – Industrialization and income distribution in Africa. *in* Eicher, Carl K.(1999) . Institutions and the african farmer. CIMMYT Economics Program. Economist lecture, CIMMYT, Mexico.
- Treillon, Roland (1992) – L'innovation technologique dans les pays du Sud: le cas de l'agro-alimentaire. Khartalla, Paris, 268 pg..
- Treillon, R.; Altersial, M. F.(1986?) – Les bébés agro-industriels, *Inter Tropiques*, n°18,pp.24-27.
- UN-IDO (1991) – Consideration of the draft programme for the second industrial development decade for Africa. Vol. 1, UN, Washington.
- Willett, A. (1998) – Agricultural education review *in* Eicher, Carl K.(1999) . Institutions and the african farmer. CIMMYT Economics Program. Economist lecture, CIMMYT, Mexico.
- Würdemann, W. et Meerendonk, H. van de (1998) – Support to the development of food processing enterprise in Africa – Na entrepreneur based approach. *Agricultural + Rural Development*, vol. 5, n°. 2, pp.32-35, Frankfurt.